



Coligação Angolana para o Tribunal Penal Internacional

Telefone: 322777/326330/327243
Internet: www.oaang.org/menutpi.htm
E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

D E C L A R A Ç Ã O S O B R E A R E A L I Z A Ç Ã O D A P R I M E I R A A S S E M B L E I A D O S E S T A D O S - P A R T E S D O T R I B U N A L P E N A L I N T E R N A C I O N A L

A Coligação Angolana para o Tribunal Penal Internacional (CApTPI) reunida, no passado dia 4 de Setembro do ano corrente, decidiu saudar a realização histórica da Primeira Assembleia dos Estados Partes do Tribunal Penal Internacional que tem lugar de 3 a 10 de Setembro de 2002 em Nova York, na Sede das Nações Unidas. A Primeira Assembleia dos cerca de Oitenta Estados Partes representa assim, mais uma pedra no estabelecimento do novo Tribunal Penal Internacional e na construção do novo sistema mundial de Justiça Penal. A sua realização vem demonstrar que a institucionalização do Tribunal Penal Internacional é possível, mesmo sem o apoio da maior potência mundial.

A Primeira Assembleia vai não só eleger democraticamente o Presidente e seus Vice-Presidentes como adoptará ainda os procedimentos de nomeação e eleição dos dezoito juizes que conduzirão os destinos do Tribunal e aprovará um conjunto de documentos reitores para o seu funcionamento.

A histórica Assembleia dos Estados Partes do TPI tem lugar num momento, manifestamente difícil e complexo da situação internacional, caracterizado sobretudo por uma batalha cada vez mais intensiva entre os EUA e os Estados-Partes quanto à institucionalização do Tribunal Penal Internacional. Depois da retirada da assinatura do Tratado de Roma e aprovada uma Lei contra o Tribunal Penal Internacional, os EUA implementam, actualmente, uma campanha oficial contra a sua institucionalização, obrigando individualmente os Estados, em troca de ajuda e assistência militar, a assinarem acordos com Washington que possam eximir as tropas americanas, em seus territórios ante a jurisdição do referido Tribunal.

A CApTPI aproveita esta ocasião para uma vez mais alertar, por um lado a opinião pública nacional e internacional sobre mais esta manobra, complementemente injusta da administração Bush contra o TPI que vai no sentido de esvaziar o seu conteúdo, e por outro, exortar os governos, sobretudo, os países membros da SADC a não se deixarem levar pelas pressões norte-americanas nesse sentido.

Qualquer acordo com Washington sobre o artº 98º do Tratado de Roma é não só inapropriado em virtude de contrariar a estratégia adoptada pela SADC, como também desaconselhável por colocar, igualmente, em causa as obrigações e responsabilidades de cada Estado, relativamente ao cumprimento dos seus deveres previstos no referido Estatuto.

Exorta ainda, a Assembleia Nacional, particularmente, a Comissão Constitucional a proceder a recessão do Estatuto de Roma na futura constituição, até finais de Novembro, de modo que o nosso País, participe no processo de eleição dos 18 Juizes e Procuradores para o TPI, previsto para Março de 2003.

**Contra a Cultura de Impunidade dos Crimes graves de Violência, Lutemos pela
institucionalização do Tribunal Penal Internacional**

Feito em Luanda, aos 4 de Setembro

O SECRETARIADO EXECUTIVO